Desmatamento na Amazônia

O DESAFIO CONTINUA

APÓS QUATRO anos consecutivos de queda, o desmatamento na Amazônia voltou a subir. Números preliminares do PRODES (Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite), do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), apontam alta de 28% – de 5.843 quilômetros quadrados – no corte de árvores entre agosto de 2012 e julho de 2013 em relação ao período anterior. É o primeiro aumento relativo desde o PRODES divulgado em 2008, quando foi registrado aumento do desmatamento de 11% em relação ao período anterior (para mais informações sobre as possíveis causas do aumento do desmatamento, leia artigo publicado na edição de janeiro de 2014 da ***Agroanalysis***).

Para a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, "apesar do aumento, essa é a segunda menor taxa de desmatamento já registrada em toda série estatística, desde que o monitoramento começou a ser feito pelo INPE, em 1988". É a segunda menor taxa histórica de desmatamento, atrás dos 457.100 hectares desmatados em 2012, mas uma melhora em relação aos 641.800 hectares de 2011. O pico do desmatamento aconteceu em 2004, com 2.700.000 hectares.

O perfil da derrubada de matas no Pará voltou a registrar polígonos grandes (acima de 1.000 hectares, predominantemente em torno da BR-162). Isso aparenta indícios de grilagem e especulação.

O aumento registrado no desmatamento não deixa de ser uma má notícia, apesar de seu declínio depois de 2005. Esse desempenho é considerado positivo pelo fato de ocorrer justamente num período em que a produção de carne e soja continuou a crescer. No momento, a discussão pertinente deve estar focada na introdução de incentivos para a prestação de serviços ambientais por parte dos produtores.

O reordenamento, no momento estratégico, do território nacional passa pelo balanço de "desmatamento líquido zero". Isso significa zerar a diferença entre o desmatamento de novas áreas com aptidão agrícola e o reflorestamento de áreas já ocupadas sem aptidão agrícola. Nos próximos dez anos, a pressão para novas áreas agrícolas poderá chegar a 15 milhões de hectares, que poderão ser compensados com a recuperação das pastagens degradadas. Essa é a proposta e o desafio de governança mais pragmática, depois de séculos de ocupação descontrolada. ■

DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA (AGOSTO DE 2012 A JULHO DE 2013)

Estado	Hectares	Part. %
Acre	19.900	3,4
Amazonas	56.200	9,6
Amapá	1.100	0,2
Maranhão	38.200	6,5
Mato Grosso	114.900	19,7
Pará	237.900	40,7
Rondônia	93.300	16,0
Roraima	18.500	3,2
Tocantins	4.300	0,7
Total	**584.300**	**100,0**

Fonte: INPE

Ações de prevenção e controle do desmatamento

O compromisso assumido pelo governo brasileiro, de natureza voluntária, durante a Conferência das Partes (COP-15) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em 2009, na capital da Dinamarca, Copenhague, era de chegar a uma área desmatada de 540.000 hectares em 2020. Como esta meta foi atingida antecipadamente, os esforços brasileiros para redução do desmatamento na Amazônia brasileira são internacionalmente reconhecidos, diante:

• Do pioneirismo tecnológico do País em monitorar as mudanças na cobertura florestal, realizado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), desde 1988;

• Dos recentes êxitos de ações que ocasionaram a reversão do incremento das taxas anuais de desmatamento, algumas delas abaixo descritas.

Integrado inicialmente por treze Ministérios do governo federal, sob coordenação direta da Casa Civil da Presidência da República, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) está em execução desde 2004.

A elaboração dos planos de combate ao desmatamento dos estados amazônicos conta com a orientação do governo federal, que estabeleceu, inicialmente, três eixos principais de ações: ordenamento territorial, controle ambiental e fomento às atividades produtivas sustentáveis. Seu objetivo é garantir o cumprimento das metas previstas em âmbito nacional no PPCDAm.